

CIDADANIA: UM CONCEITO COMPLEXO E COM DIFERENTES SIGNIFICADOS

Cidadania é uma palavra que todos afirmam e defendem. Representantes das mais variadas posições políticas e ideológicas incorporam nos seus discursos a sua importância e vêm apresentando propostas na ótica de reforçá-la e promovê-la, entendendo a palavra cidadania com um valor positivo. No entanto, por trás deste aparente consenso, constata-se uma dificuldade de conceituar a palavra cidadania a partir de suas múltiplas dimensões e enfoques.

No presente texto, propomo-nos unicamente a caracterizar e estabelecer as distinções mais gerais entre alguns desses significados, com o objetivo de destacar a maior complexidade das reflexões em torno da idéia de cidadania. Para isso trataremos das concepções de cidadania formal, cidadania ativa, cidadania participativa, cidadania (inter)cultural e cidadania planetária.

A concepção de **cidadania formal** vincula cidadania com liberdade individual e da própria sociedade e pressupõe a institucionalização dos direitos de cidadania. O sentido do exercício da cidadania traduz-se, assim, na posse de direitos legais pelos indivíduos privados. Trata-se, portanto, de uma cidadania formal e jurídica.

No processo de conquistas progressivas da humanidade em termos de direitos enfatizou-se muito os avanços institucionais e legais para garantir legitimidade às próprias conquistas. O desrespeito contínuo aos direitos já firmados vem mostrando que a cidadania formal não necessariamente é efetiva. A liberdade que garante é parcial e sua igualdade não é de condições; por isso mesmo à concepção de cidadania formal se contrapõe a idéia de cidadania plena, que recupera aquele sentido de respeito integral a todos os direitos da pessoa humana e à existência de condições materiais, sociais, políticas e culturais necessárias a sua efetivação. A necessidade de garantia dessas condições supõe, portanto, a afirmação do papel do Estado na construção de políticas públicas que viabilizem a efetiva implementação dos direitos de cidadania.

O conceito de **cidadania ativa e participativa** é muitas vezes contraposto ao de cidadania formal e passiva. Para Maria Vitória Benevides, professora de sociologia e política da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, cidadania, hoje, significa participação. Uma participação em nível individual ou coletivo nas mais variadas áreas de atuação da sociedade e no âmbito da esfera pública. Em outras palavras, é uma não omissão em relação ao exercício do poder.

Essa participação vai exigir algumas condições, entre elas, a autonomia suficiente para que o grupo ou o indivíduo, como eleitores, por exemplo, possam se organizar e refletir como irão participar de um processo de tomada de decisão. Nesse processo, como em toda forma de exercício da cidadania, a informação é indispensável. Por isso, o movimento de democratização da informação é um aspecto fundamental no caminho da cidadania ativa e participativa, pois a desinformação implica a não apropriação e a não participação do indivíduo ou do coletivo no espaço público.

Para a filósofa Marilena Chauí (1981), a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, como legislação, partidos e mecanismos de

participação popular (conselhos, orçamento participativo, consultas populares como referendos e plebiscitos e a prática da iniciativa popular legislativa).

A noção de cidadania compreende os direitos e deveres civis, políticos e sociais e é no âmbito dos chamados direitos sociais que se encontram os direitos que irão caracterizar o que se considera a **cidadania (inter)cultural**.

Os direitos culturais são aqueles direitos que o indivíduo tem em relação à cultura da sociedade da qual faz parte, que vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à cultura, à informação e à comunicação até o direito à memória histórica e à diferença. Esse conjunto de direitos integra a concepção de cidadania cultural.

A perspectiva da cidadania cultural se contrapõe aos fenômenos de apartheid social e cultural, presentes na nossa sociedade, colocando ênfase na interação entre pessoas e grupos pertencentes a diferentes universos culturais. Emerge, então, a **cidadania intercultural** que aposta na relação entre distintos grupos sociais e étnicos. Está orientada à construção de uma sociedade democrática e plural, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

A **cidadania planetária** diz respeito à extensão da cidadania além das fronteiras tradicionais do Estado nacional. Trata-se de uma cidadania global, assentada na solidariedade, na diversidade, na democracia e nos Direitos Humanos, em escala planetária. Relaciona-se à presença do cidadão global a partir do surgimento de uma consciência política supranacional.

A idéia de cidadania planetária está caracterizada pela militância transnacional especialmente exercida pelos movimentos sociais das diferentes causas: meio ambiente, direitos humanos, questões de gênero, diversidade cultural, etc. Não se trata de agir em oposição a um Estado particular, ou de atuar na relação entre Estado e sociedade. O centro é deslocado para o plano internacional buscando influenciar em múltiplas direções, inclusive na do Estado nacional de origem. A defesa dessas causas no espaço público transnacional configura uma nova arena política de construção da democracia e na configuração da sociedade civil global desafiando a configuração da cidadania tradicional.

Tendo em vista os diferentes significados mencionados acima, constata-se que o termo cidadania enreda-se em um emaranhado conceitual dentro do qual situam-se questões ligadas às dimensões legal, política, social, ideológica, histórica e educacional.

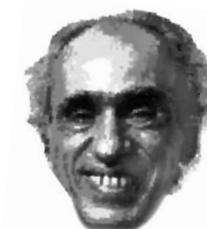
Assim, mesmo que, nos limites do presente texto, não possamos nos deter na história dos avanços e retrocessos da trajetória da cidadania no Brasil, um ponto fundamental deve ser enfatizado: **o conceito de cidadania é uma construção histórica. E neste sentido, ser cidadão implica entender que a ordem social (as leis, os costumes, as instituições, as tradições, etc) não é natural. É uma invenção, uma criação de homens e mulheres de uma mesma sociedade. Ser cidadão é também compreender que se essa ordem não produz dignidade, pode ser mudada ou uma nova deve ser criada em seu lugar, em colaboração com os outros**¹.

¹ Toro, J. Bernardo. A Construção do Público: cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005, p.20

Direitos Humanos na sala de aula

"Participação é um dos cinco princípios da democracia. Sem ela, não é possível transformar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade."

Betinho



Apresentação

"Educadores/as em rede: participação e cidadania."

"A luta pelos direitos humanos se dá no cotidiano, no nosso dia-a-dia, e afeta profundamente a vida de cada um de nós e de cada grupo social"

As palavras participação e cidadania são inseparáveis em nosso lema. A afirmação que o segue - extraída da fundamentação do livro "Tecendo a Cidadania", (re)apresentado em "Enriquecendo a ação" - sugere a mesma inseparabilidade dos termos, em significados e concretude. É como sujeito de direitos que a nossa cidadania se realiza. É com participação (luta) cotidiana que esses direitos - e essa cidadania - são conquistados. Quanto mais participantes, maior nossa possibilidade de construção da cidadania. Quanto mais cidadãos/ãs, maior nosso comprometimento com a participação em prol da cidadania para tod@s. Relação de mão-dupla.

Esta certeza nos leva destacar alguns dos direitos fundamentais dos seres humanos, para formular, ao longo do ano, as propostas desse boletim, conforme explicitado em "Sala de aula em movimento". A gente deseja bom trabalho.

Esta certeza orientará nossa escolha de textos para reflexão. Neste número, propomos uma aproximação com a complexidade de que se reveste a idéia de cidadania, a partir da explicitação de significados que esta palavra comporta. Confira na última página. A gente deseja boa reflexão!

No mais, a gente se encontra... na rede.

Datas Significativas

04 - Dia Contra a Prostituição Infantil

19 - Dia do Índio

22 - Dia da Terra

28 - Dia da Educação

Outras datas, outras marcas, a mesma exigência: nossa participação cidadã. Sem ela não serão mais que registros no calendário.

Participe

Em julho próximo, mais uma vez publicaremos atividades desenvolvidas por professores/as em suas salas de aulas e/ou escolas. Participe do boletim. Seja co-autor/as do DDHH em sala de aula (orientação anexa).

A equipe

Editora

Susana Sacavino

Equipe Responsável

Vera Maria Candau

Laura Cristina Campello do A. Mello

Iliana Aida Paulo

Marilena Varejão Guersola

Supervisão Editorial

Adélia Maria Koff

Composição Gráfica

Compañia Visual Manteca

Apoio

fundación santa maria

Educadores/as em rede: participação e cidadania

NOVAMERICA

NOVAMERICA

Programa Direitos Humanos
Educação e Cidadania